

# Ódio não!



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

literatura, como Tolstói, cuja personagem feminina vai ao suicídio sucumbida pelo ódio; Dostoiévski, com o alerta de que “o ódio alimenta o ódio”; Shakespeare, com o seu Otelo, o Mour de Veneza, cujo ciúme o leva a matar sua fiel esposa, Desdêmona, um destino de ódio construído pelo relato falso de infidelidade por Iago, um suboficial preterido numa promoção.

Também resultado desse mal, escrevo sobre a divisão que vemos hoje no Brasil: a casa está dividida, justamente pelo ódio que perpassa pela política brasileira. E uma casa dividida não prospera. Disso já sabemos nós, cristãos.

Na política brasileira, eu, que por mais de meio século a acompanho como espectador, interlocutor, participante e até como protagonista, nunca vi uma época em que os homens se dividissem entre uns adeptos do diabo e outros, de Deus. De tal modo que a luta política extravasou para um nível em que uns são conduzidos à salvação e outros, condenados à perdição.

Eu, pessoalmente, sempre tive adversários. E a estes nunca considere inimigos. Essa concepção de adversários como inimigos foi proposta por Carl Schmitt, jurista oficial do Terceiro Reich, para quem a política era uma guerra, na qual devíamos eliminar os contrários e levá-los até a morte — como ocorreu na Alemanha com a morte de milhões de judeus. O ódio ao inimigo também justificou, logo depois da Revolução Russa, a violência e crueldade dos comunistas aos milhões de perseguidos e eliminados. O exemplo simbólico e maior na Rússia talvez tenha sido o fuzilamento da família inteira do Czar Nicolau II, que hoje pela Igreja Oriental foi considerado santo.

Eu era deputado no Rio de Janeiro quando

ouvi Carlos Lacerda, o maior orador a que assisti no parlamento, defender-se — no processo que moveram contra ele por ter divulgado um telegrama secreto, que envolvia o Jango e o Peron, num tempo em que os discursos tinham títulos, a que chamou de A corrida dos touros embotados — daqueles que o acusavam de uma maneira odienta, retrucando com a seguinte denúncia: “Aqui até o ódio é fingido”.

Não é o que ocorre hoje no Brasil. Situação repelida por todos nós. O ódio hoje é real. E deve acabar. Ele é a semente que desponta como o instrumento de divisão não só dos políticos, como do povo brasileiro. Não é difícil encontrarmos dentro das famílias discussões acaloradas e situações difíceis em que as posições são dogmáticas.

O ódio leva até ao que está sendo apurado no processo sobre a inacreditável proposta de assassinato, a ser cumprido nas figuras do presidente e do vice-presidente e de um ministro do Supremo Tribunal Federal. O caso segue o devido processo legal — somos um Estado de Direito — no Supremo e depois, tudo devidamente apurado, haverá a punição prevista na lei dos responsáveis.

O ódio é danoso, cruel, indigno, divisionista. Por julgá-lo assim, quero vê-lo extirpado do nosso país. Sou partidário do diálogo, de ver o próximo como objeto de convergência e não da divergência. Por tudo isso e mais, não há palavras suficientes que definam o mal que o ódio produz. Somos irmãos e como irmãos devemos viver em paz. Que os dirigentes e líderes do país viajem por outros caminhos que não este, o do ódio. Por isso, só me cabe encerrar dizendo:

Ódio não!

Eu, muitas vezes, em entrevistas, artigos, disse que, ao longo da vida, nunca tive capacidade de sentir ódio. E isso considero que me fez e faz muito bem. O ódio traz como consequência maior o ressentimento, e este, a amargura, que faz muito mal a nós próprios e deforma o nosso modo de viver.

Conheci um homem que tinha uma alma pura, o deputado Djalma Marinho. Era uma figura muito conhecida e respeitada na Câmara dos Deputados. Foi candidato a presidente da Casa. Perdeu. Eu e o deputado Nelson Marchezan fomos a sua casa prestar-lhe solidariedade. Com o meu jeito de não cultivar sentimentos negativos, disse-lhe: “Djalma, não guarde ressentimentos.” Ele me respondeu: “Sarney, eu não guardei dinheiro na vida, que é coisa boa, lá vou guardar ódio e ressentimento, que não prestam para nada?”. Foi ele que, depois, na comissão que presidia, recusou-se a cumprir uma ordem do governo para processar o deputado Moreira Alves, em 1968, quando o país estava sob as normas do AI-5. Renunciou ao cargo de presidente e, repetindo o espanhol Calderón de La Barca, marcou a Casa com a célebre frase: “Ao rei tudo, menos a honra”.

Mas quero falar também das consequências do ódio, que muitos escritores registraram na



## O que é invisível hoje é inadiável



» ANDRÉ SOLER  
CEO e fundador  
da ONG SP Invisível

atendê-las. A rede de assistência social, via de regra no Brasil, é precária e ineficiente. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem apenas 29,4 mil vagas de abrigos, suficientes para acolher apenas um terço do número de pessoas que vivem desabrigadas.

Apesar da rotina agitada, quem anda pelas ruas consegue perceber esse aumento no número de pessoas dormindo nas calçadas das cidades. Com o olhar atento, é possível também identificar que o perfil e as necessidades dessas pessoas estão mudando. Se antes o estereótipo que tínhamos do “morador de rua” era o homem negro, que fazia uso de álcool e droga, agora vemos um grande aumento no número de idosos, crianças, mulheres, imigrantes e transexuais.

Para se ter ideia do tamanho do problema, a cidade de São Paulo registrou aumento de 12 vezes no número de crianças e adolescentes em situação de rua. Em 2013, eram 309 menores. Em setembro de 2024, esse número alcançou 3.961, representando 5% da população de rua da capital paulista, que concentra 46% dos menores de idade em situação de rua no Brasil.

A população de rua é composta por uma diversidade de perfis e histórias de vida. Desde jovens que fogem dos lares abusivos até idosos que perderam suas casas devido a dificuldades financeiras. Há ainda as pessoas que enfrentam problemas relacionados à saúde mental, dependência química e outros desafios pessoais, que contribuem para a sua situação atual.

Reconhecer essa diversidade, olhar para essas

pessoas e conhecer de perto a história delas é fundamental para pensarmos em iniciativas que vão, de fato, aliviar o sofrimento, acolher, empoderar e emancipar. As políticas públicas para solucionar essa questão precisam incluir desde ações integradas de programas de habitação a tratamento para dependências e suporte psicológico, além de oportunidades de emprego.

É preciso que governos de todas as esferas — municipais, estaduais ou federal —, terceiro setor, sociedade civil e iniciativa privada se mobilizem para oferecer dignidade para essa população e desenvolver iniciativas criativas, ágeis e eficazes para tratar essas pessoas e oferecer uma nova perspectiva de vida. Para isso, é preciso levar em consideração as características dessa população, verificar os motivos que levam as pessoas para as ruas e identificar os maiores problemas que elas enfrentam em seu dia a dia, que vão desde a fome até a violência, o frio e as ondas de calor, cada vez mais frequentes.

Tirar da invisibilidade, conhecer a fundo as histórias, os problemas e as ideias é fundamental para que consigamos desenvolver políticas públicas e iniciativas que vão evitar que mais pessoas tenham que ir para as calçadas, aliviar o sofrimento de quem está lá e oferecer uma nova oportunidade para quem quer ter uma nova vida. Para isso, precisamos apurar o olhar e, de forma humanizada, desenvolver estratégias para que o próximo ano se inicie de maneira diferente e que esse problema, muitas vezes invisível, seja, de fato, resolvido.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

## Para que o caldo não entorne

Enganam-se redondamente todos aqueles que acreditam e apostam que a denúncia oferecida agora pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 33 pessoas a ele ligadas, direta ou indiretamente, irá gerar benefícios políticos e outros ganhos eleitorais tanto para as esquerdas como para o atual governo e sua base de apoio no Congresso.

Para início de conversa, essa denúncia, há muito dada como certa, elevará a polarização, já por demais acentuada, a um patamar imprevisível e de possíveis consequências para todos, igualmente. A primeira lição desse caso rumoroso não foi posta em prática. Qual seja, a postura de estadista exige sempre uma posição intransigente de pacificação do país. Rompe essa posição, resta esperar pelo pior. O primeiro e preocupante sinal foi dado dentro do próprio Congresso, com os ânimos de deputados e senadores escalando para um patamar de briga generalizada.

Na realidade, não há clima para apaziguamentos. Coletadas todas as imagens existentes nesse caso e colocando-as em ordem racional, o que a mente livre de radicalismos consegue entender é que todo esse caso, desde o início, está muito mal explicado. Nesse ponto, caberá aos futuros historiadores separar o que é narrativa criada e o que são os fatos verídicos e incontestáveis. Por enquanto, o que se tem de certo é que a radicalização política, que permeia o país de cima a baixo, seguramente não é uma boa conselheira.

Outro engano é pensar que essa denúncia vai aplinar os caminhos da esquerda nas eleições de 2026. Para uma situação que vai se tornando explosiva a cada momento, caberia às instituições do Estado buscarem meios de evitar que a crise anunciada ganhe ainda mais elementos perturbadores. Aqui e ali, observam-se movimentos que tendem a somar mais ingredientes à fervura.

Nesta quarta-feira, o STF colocou a última pedra sobre processos que pesavam sobre o ex-dirigente petista Antonio Palocci, anulando todas as provas contra ele, como já fizera com relação à Odebrecht. Com isso, a Operação Lava-Jato, que prometia uma virada do país rumo à civilização, está morta e enterada. Na mesma onda, se observa que o governo Lula é reprovado por mais de 55% da população ouvida pelo Paraná Pesquisas. Na Região Sul, a desaprovção do atual governo alcança a marca de 67%. São números preocupantes. Também preocupante é a escalada dos preços dos alimentos, do qual o governo insiste em tirar o corpo fora, pondo a culpa pela alta nos atacadistas.

Nesse mesmo cenário, ocorre a indicação de um ministro do Supremo nos Estados Unidos. A imprensa internacional tem repercutido esse caso. Dentro desse conjunto de confusões, a Transparência Internacional acaba de afirmar que o combate à corrupção no Brasil não interessa mais às autoridades e a ninguém. Isso quando nosso país apresenta um dos mais altos pontos no Índice de Percepção da Corrupção desde 2012.

Enquanto a situação vai se agravando, juristas se unem para dizer que o STF não tem condições de realizar um julgamento estritamente técnico. Um desses juristas, o advogado e professor de direito constitucional André Marsiglia afirmou que a crescente polarização da Corte compromete sua capacidade de análise imparcial em casos de alta relevância política, uma vez que essa Corte vem se politizando de tal forma que são poucos os temas que possa enfrentar. “Quando o STF somou, ali em 2019, que 2+2 deu cinco, todas as contas passaram a ser erradas a partir de então”, diz o professor, para quem as ações da Corte vão ser sempre eivadas de vícios e de uma politização inevitável.

Alguém precisa dizer isso em alto e bom som. Também o doutor em direito processual penal e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Aury Lopes Jr considera errado que o caso Bolsonaro continue sob a análise do Supremo. Para ele, esse julgamento deveria ocorrer na primeira instância, já que Bolsonaro não ocupa mais o cargo público com foro especial no STF. Além disso, diz o jurista, é errado que o caso continue sob a análise do ministro Moraes, relator da investigação.

Para ele, seria salutar para a credibilidade do STF que Moraes se declarasse suspeito, “devido a seu intenso envolvimento na fase investigatória e também por ter sido alvo do suposto plano desse grupo”. “Quando você é chamado a tomar várias decisões sobre o caso — como durante a fase de inquérito — e você tem que julgar esse caso, você está contaminado.” É toda uma sucessão e encadeamento de acontecimentos que irão exigir enorme responsabilidade de todos esses participantes para que o caldo não entorne de vez.

### A frase que foi pronunciada:

“Desconfio de todo idealista que lucra com seu ideal.”

Millôr Fernandes

### História de Brasília

Na inauguração da sucursal dos Diários Associados, estavam presentes o primeiro-ministro, Tancred Neves, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, o prefeito Sette Câmara, o ministro Oliveira Brito, o líder da maioria Martins Rodrigues e muitas outras autoridades. (Publicada em 26/4/1962)